

ANÁLISE MENSAL

NOVEMBRO
2022



**política
por inteiro**



United Nations
Climate Change

COP27
SHARM EL-SHEIKH
EGYPT 2022



BALANÇO DE SINAIS
PÚBLICOS RELEVANTES PARA
A POLÍTICA CLIMÁTICA E DE
MEIO AMBIENTE NO BRASIL



Índice

1. Executivo ▶
2. Legislativo ▶
3. Judiciário ▶
4. Amazônia ▶
5. Conjuntura ▶
6. Tendências ▶

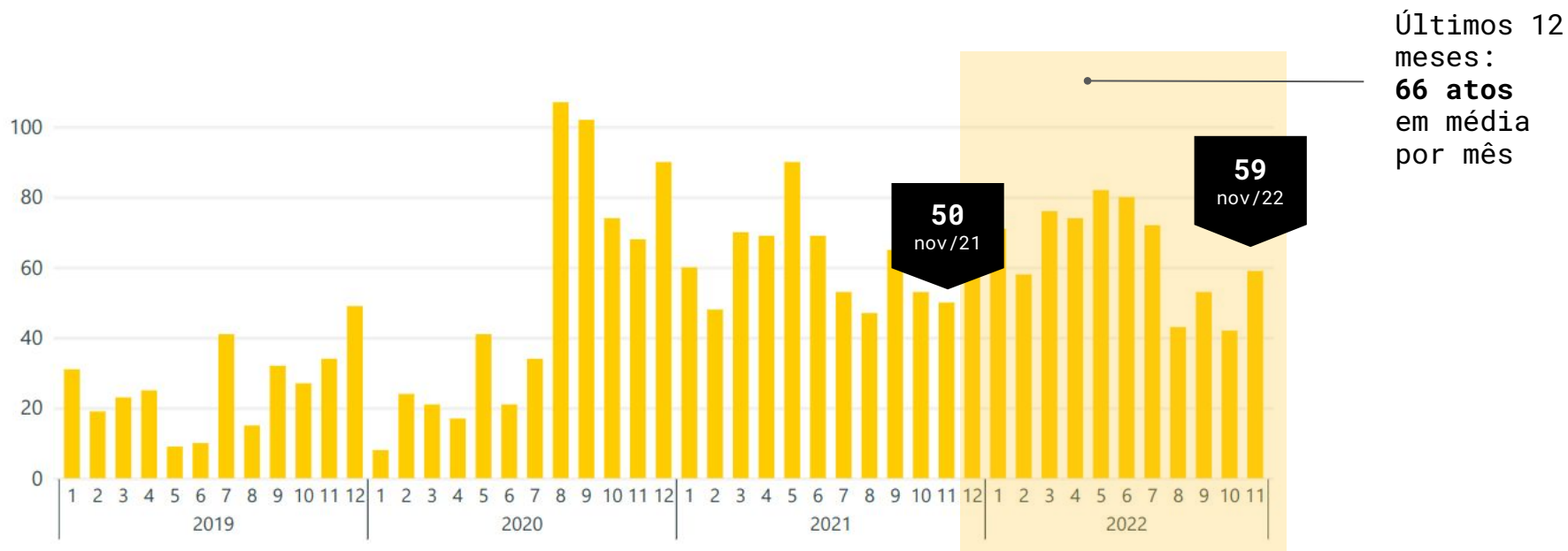
PODER EXECUTIVO FEDERAL

MONITORAMENTO DO DIÁRIO
OFICIAL DA UNIÃO

FOTO: ROBERT STUCKERT FILHO/PR

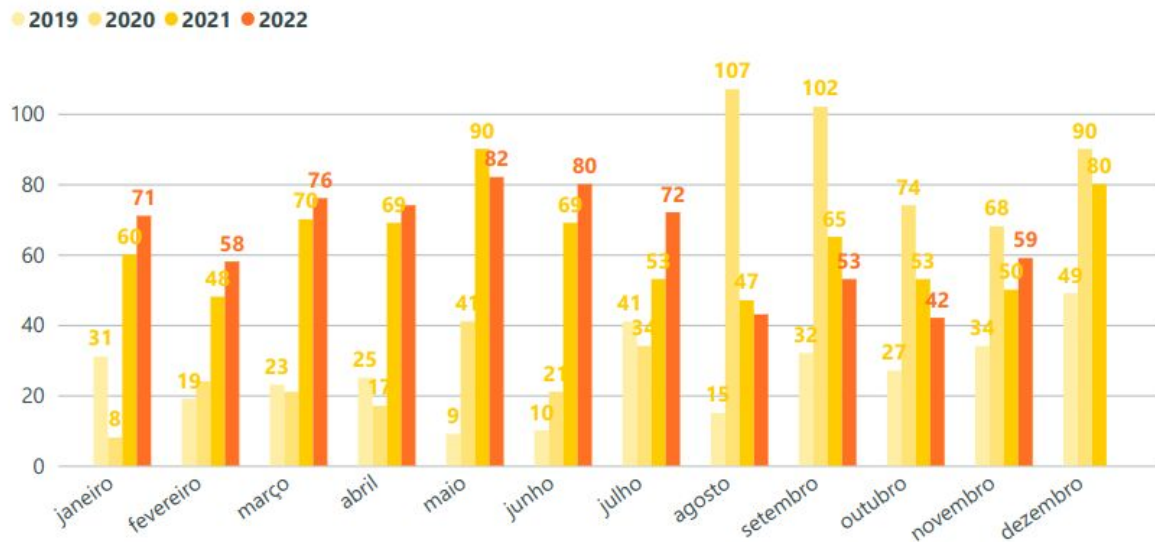
EVOLUÇÃO MENSAL DOS ATOS

Em novembro, o Monitor de Atos Públicos captou **59 atos** relevantes às políticas ambiental e de mudança climática publicadas no *Diário Oficial da União*.

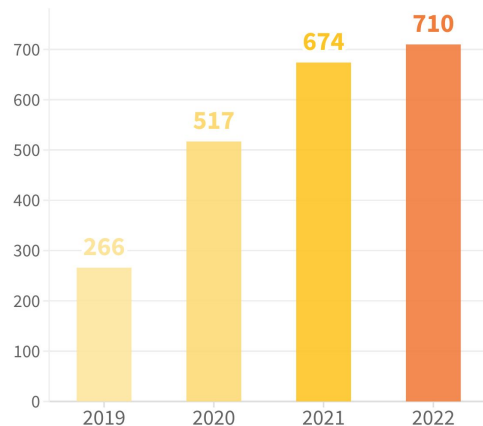


Desaceleração

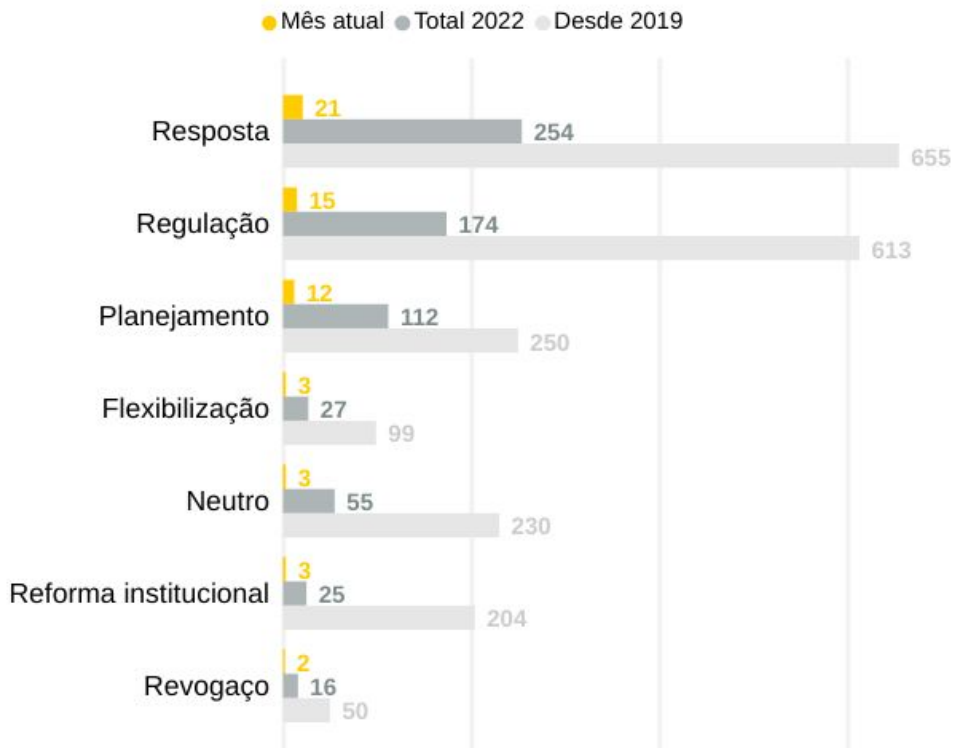
Após três meses de desaceleração, coincidente com o período de campanha eleitoral, o número de atos em novembro fica no patamar de anos anteriores. O volume acumulado em 2022 se mantém acima dos registrados de 2019 a 2021, reflexo da grande quantidade de normas publicadas até julho.



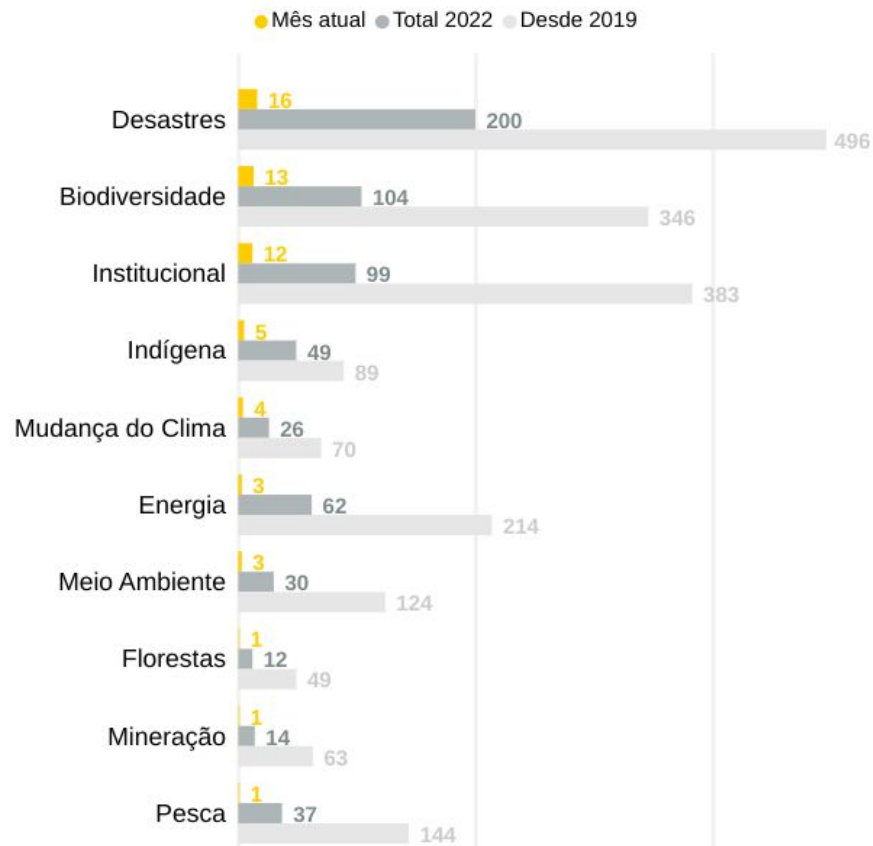
Atos acumulados no ano



ATOS DE NOVEMBRO POR CLASSE



ATOS DE NOVEMBRO POR TEMA



Destaques nas classes mais frequentes do mês

- **Resposta:** Reconhecimento de situações de emergência; Emprego da Força Nacional de Segurança Pública em Terras Indígenas.
- **Regulação:** Regras e elegibilidade de estados para captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento na Amazônia e Cerrado; alteração em Instrução Normativa do BCB para dar mais transparência ao registro contábil de ativos relacionados a mecanismos de sustentabilidade socioambiental e climática, como os certificados de Crédito de Carbono e de Crédito de Descarboxinação (CBIO).
- **Planejamento:** Atualização da lista de municípios prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento; Consulta Pública do Plano Nacional de Mineração/PNM 2050; Prorrogação do GTT do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura 2022-2032

- **Flexibilização:** Regulamentação da dilação dos prazos para a remessa de dados e informações à ANP referente a poços localizados em áreas na fase de produção; Estabelecimento, como de interesse da Política Energética Nacional, a fixação do teor de mistura obrigatória do biodiesel no óleo diesel fóssil em 10% de 1º de janeiro a 31 de março de 2023
- **Reforma Institucional:** Instituição de novos Núcleos de Gestão Integrada - ICMBio

Todas as normas do mês

Acesse o Monitor de
Atos Públicos

EVOLUÇÃO DE ATOS POR TEMA

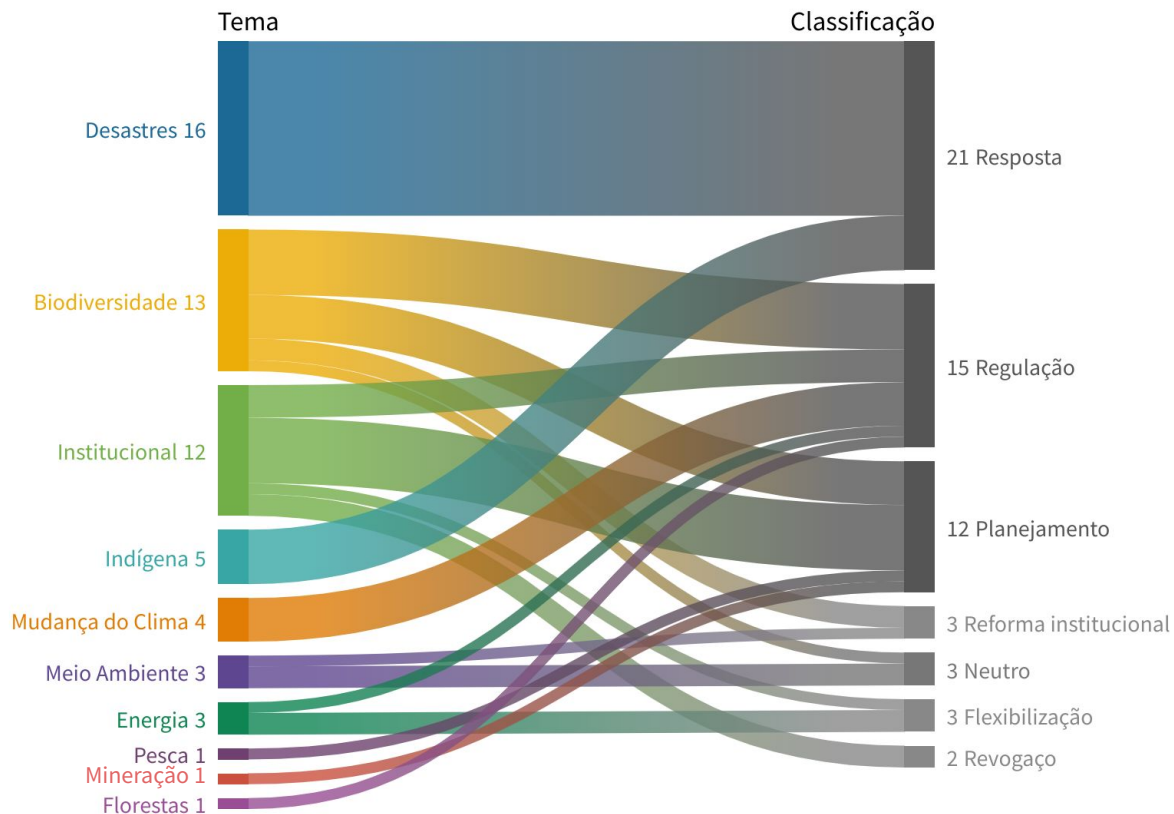
	Ano 2020												2021												2022												Total	Total
	Mês	6	7	8	9	10	11	12	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total	anual		
Desastres				3	9	9	10	18	49	12	10	17	16	21	14	14	16	9	17	16	17	179	29	27	11	21	18	18	24	14	11	11	16	200	496			
Institucional	2	4	9	29	20	23	23	120	8	13	12	16	25	8	12	8	15	4	9	5	135	2	6	18	12	5	10	10	2	11	11	12	99	383				
Biodiversidade		3	17	3	8	10	7	88	3	3	5	8	12	6	2	1	11	7	4	12	74	12	5	12	7	21	10	8	9	5	2	13	104	346				
Energia	1	6	6	17	5	5	13	60	7	3	5	4	13	10	6	8	8	2	3	10	79	10	4	4	4	8	6	6	5	6	6	3	62	214				
Pesca	3		2	2	1	4	8	40	5			3	4	7	6	3	4	3	2	6	43	5	3	9	5	7	1	1	2	3		1	37	144				
Meio Ambiente	4	2	10	11	3	3	3	48	3	3	3	3	2			2		1	2	4	23	3	2	1	4	4	3	4		2	4	3	30	124				
Amazônia	5	3	5	2	7	6	3	39	6	2	3	6		3	5			4	1	1	31	1		2		1	1	3			3		11	89				
Indígena						3	1	1	6	1	2	1	3	4	2	2		2	3	2	4	26	3	5	1	3	7	8	3	5	6	3	5	49	89			
Mudança do clima		3			2	3	2	1	12	2		4	3			2	1	4	2	5	5	28		1	9	5	1	2	1	1	1	1	4	26	70			
Agropecuária		2	4	4			1	15	3	5	4	3		2			1	5	3	4	30			3		6	2	4		2			17	67				
Mineração	3	2	3	4			1	3	16	4	1	4	1	3	3		1			3	20	1	3		3		1	1		2	2	1	14	63				
Marinho			27	1	3	2	2	37	1	1	2	1	1	3			2				11	1	1	1			6						9	60				
Terras		1	1	1	5		3	12	1	3	5	1	2	3	2		1	3	2	2	25	1		1	3	1	4	2					12	57				
Florestas	1	2	5	1	1		1	14	1				2	1	1			2	1	3	11			1	1		3	4	2			1	12	49				
Águas		4	2	8	1		1	16			4			3			2	1	2		12				1	1	1	1	2				6	41				
Transporte	2	1	1	3	1		1	10	2	1	1	1			1	1	1				8				2	1				1	1		5	28				
Poluição				3	1			4					1				2	1	1		3	8	2		3	2	1					1		9	23			
Ciência			8	1	2		1	12		1										1	4	1	1										2	21				
Antártica			4					4	1				2				1				4						4						4	12				
Cidades		1			1	1		1	5																									5				
Quilombolas														2						1	3				1				1				2	5				
Total mensal	21	34	107	102	74	68	90	607	60	48	70	69	90	69	53	47	65	53	50	80	754	71	58	76	74	82	80	72	43	53	42	59	710	2,386				

NOV. 2022

Temas e classes

Temas mais frequentes do mês:

- **Desastres**
- **Biodiversidade**
- **Institucional**



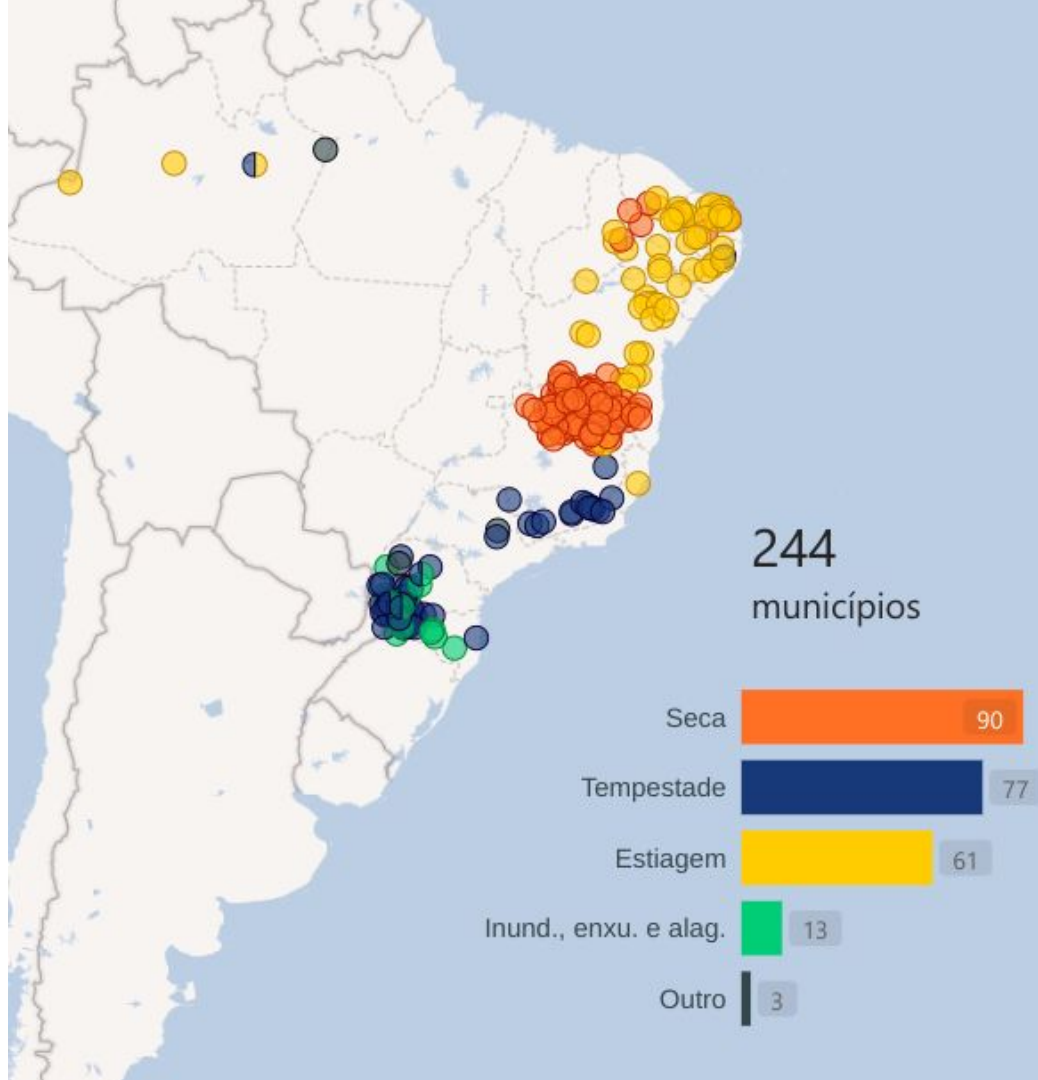
PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Desastres

244 municípios foram reconhecidos em situação de emergência ou calamidade pública em novembro.

Aumenta o número de reconhecimentos por estiagem no Nordeste, e o norte de Minas Gerais lidera o número de reconhecimentos por seca. Tempestades, segunda maior classe de reconhecimentos no mês, atinge principalmente o sul de Minas e a região Sul do país.

Acesse nosso Monitor
de Desastres



PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Mudança do Clima

Resolução CONAREDD+ Nº 8, de 29 de agosto de 2022 – **Regulação**

Dispõe sobre a distribuição de limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal (REDD+) no bioma Cerrado alcançados pelo Brasil nos períodos entre 2011 e 2017 e entre 2018 e 2020, segundo as orientações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. É determinado que o Governo Federal, por seus resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento e por seus esforços de conservação de florestas nativas em Unidades de Conservação e Terras Indígenas, destine 40% do total dos resultados. Às demais unidades da federação serão alocados 60% do total dos resultados, a serem distribuídos com base em dois critérios: I – área de vegetação nativa, inclusive em Unidades de Conservação e Terras Indígenas; e II – redução do desmatamento.

Mudança do Clima

RESOLUÇÃO CONAREDD+ Nº 9, DE 29 DE AGOSTO DE 2022 – **Regulação**

Define as regras para elegibilidade de Estados do Cerrado e entidades federais para acesso e captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal (REDD+) neste bioma, alcançados pelo Brasil em consonância com decisões acordadas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Mudança do Clima

Resolução CONAREDD+ N° 10, de 29 de agosto de 2022 – Regulação

Aprova a elegibilidade dos Estados do Pará e do Amapá para acesso e captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia dentro do limite estabelecido ao estado pela Resolução CONAREDD+ n° 06, de 6 de julho de 2017.

Mudança do Clima

INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB N° 325, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022 – Regulação

Altera a Instrução Normativa BCB n° 268, de 1º de abril de 2022, para, dentre outros pontos, incluir “ativos de sustentabilidade” (investimentos em ativos relacionados a mecanismos de sustentabilidade socioambiental e climática, inclusive certificados de Crédito de Carbono e de Crédito de Descarbonização – CBIO) em norma contábil. A regulamentação, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, pode afetar a classificação de carteiras, segundo reportagem do **Valor Investe**. Na **justificativa para a mudança**, o Banco Central considerou que se trata de uma adequação do plano de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas (Cosif) visando a “proporcionar maior transparência ao registro contábil dos ativos relacionados a mecanismos de sustentabilidade socioambiental e climática”, tendo em vista o “potencial de crescimento dessas operações no mercado financeiro”.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Indígenas

PORTARIA MJSP Nº 205, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022 –

Resposta

PORTARIA FUNAI Nº 585, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

– **Resposta**

Autoriza o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) em apoio à Fundação Nacional do Índio (Funai), na Terra Indígena Pirititi, em Roraima, nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, por 90 dias. Em junho, havia sido publicada a [Portaria Funai 522/2022](#), prorrogando por seis meses a restrição de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai na área de 40.095 hectares e perímetro aproximado de 192 quilômetros, da TI, para monitorar e dar proteção territorial e física ao povo indígena Pirititi.

A portaria 522 foi prorrogada até a conclusão do procedimento administrativo de demarcação e homologação, atendendo a [acordo judicial entre Ministério Público Federal \(MPF\) e Funai](#). A fundação afirmou que vai concluir os relatórios de identificação e delimitação da terra indígena até fevereiro de 2025.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Indígenas

PORTARIA MJSP Nº 225, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022

– **Resposta**

PORTARIA MJSP Nº 221, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2022 –

Resposta

PORTARIA MJSP Nº 222, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2022 –

Resposta

Autoriza a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP):

(i) na Terra Indígena Guarita, no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 13 de novembro de 2022 a 11 de janeiro de

2023;

(ii) na Terra Indígena Parakanã, no Estado do Pará, no período de 14 de novembro de 2022 a 11 de fevereiro de

2023;

(iii) na Terra Indígena Apyterewa, no Estado do Pará, de 1º de dezembro de 2022 a 29 de maio de 2023.

Mineração

PORTARIA Nº 708/GM/MME, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022 – **Planejamento**

Divulga, para Consulta Pública, minuta do Plano Nacional de Mineração (PNM) 2050, destinado ao planejamento de longo prazo do setor mineral do país, com vistas a orientar as políticas de médio e longo prazos para o desenvolvimento do setor mineral.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Institucional

PORTARIA Nº 140, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022 –
Flexibilização

Altera a Portaria nº 561, de 27 de fevereiro de 2020, para estabelecer que as Orientações Técnicas Normativas (OTNs) e os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) deverão ser publicadas no *Diário Oficial*, ressalvados os de caráter sigiloso. Antes a regra era de serem publicadas no boletim de serviço do Ibama. A norma, originalmente publicada com o número 139, foi retificada para ter como número 140 (RETIFICAÇÃO).

Institucional

PORTARIA MCTI Nº 6.568, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022 – **Regulação**

PORTARIA MCTI Nº 6.583, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022 – **Regulação**

PORTARIA MCTI Nº 6.566, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022 – **Regulação**

Aprovados os Regimentos Internos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e Instituto Nacional da Mata Atlântica (Inma). Todos entrarão em vigor em 16 de dezembro.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Biodiversidade

PORTARIA GM/MMA Nº 251, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022 –
Planejamento

Estabelece que passam a integrar (i) a lista de municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento no Bioma Amazônia – municípios de Rio Branco e de Tarauacá, no Estado do Acre, o município de Canutama, no Estado do Amazonas, e o município de Apiacás, no Estado do Mato Grosso; (ii) a lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle – município de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia; (iii) a lista de municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento no Bioma Amazônia – municípios de Dom Eliseu e de Itupiranga, localizados no Estado do Pará.

Florestas

PORTARIA MAPA Nº 506, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022 –
Regulação

Institui o regulamento de distribuição e repasse dos recursos financeiros oriundos de concessões florestais federais aos Estados e aos Municípios, no âmbito do Serviço Florestal Brasileiro do MAPA. Determina-se que a distribuição dos recursos financeiros será da seguinte forma: I – para os oriundos de unidades florestais localizadas em áreas de domínio da União: a) 30% aos Estados; e b) 30% aos Municípios; e II – para os oriundos de unidades localizadas em florestas nacionais criadas pela União: a) 20% aos Estados; e b) 20% aos Municípios. A norma entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

An aerial, black and white photograph of a vast Amazon rainforest. A dark, winding river cuts through the dense canopy of trees. In the lower center of the river, a small, light-colored boat is visible. The text 'FOCO AMAZÔNIA' is overlaid on the left side of the image in large, white, bold, sans-serif capital letters.

FOCO AMAZÔNIA

UM OLHAR ESPECIAL PARA AS
POLÍTICAS CLIMÁTICAS DA AMAZÔNIA
LEGAL

FOTO: GUSTAVO FRAZÃO/SHUTTERSTOCK

RO | LEG
PLO N° 1.719 de 2022

MEIO AMBIENTE

Acrescenta dispositivo da Lei n° 3.686, de 08 de dezembro de 2015, que "Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental do Estado de Rondônia."

AC | EXE
DECRETO N° 11.124

MUDANÇA DO CLIMA

Autoriza a transferência de título de créditos de carbono à Companhia Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Estado do Acre S/A - CDSA.

AC | EXE
DECRETO N° 1.603

MEIO AMBIENTE

"Cria a Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Município de Rio Branco, e dá outras providências."

AM | EXE
DECRETO N.º 46.596

MUDANÇA DO CLIMA

Dispõe sobre a regulamentação dos "Créditos alocados via CONAREDD+", a ser apresentada na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP-27, e dá outras providências.

AM | EXE
PORTARIA N° 362/2022 - ADAF/AM

AGROPECUÁRIA

Estabelece os procedimentos para emissão de GTA de bovinos e bubalinos, para eventos esportivos e leilão no Estado do Amazonas e dá outras providências.

AM | EXE
LEI N.º 6.054

POVOS

Dispõe sobre a criação do Selo de Qualidade e Autenticidade Artesanal Indígena, produzidos no âmbito do Estado do Amazonas.



O Governo do Estado do Amazonas decretou situação de Emergência nos seguintes municípios no mês de novembro:

10 DE
NOVEMBRO
DE 2022



Atalaia do Norte
Coari
Manaquiri
Maraã
Uarini

16 DE
NOVEMBRO
DE 2022



Alvarães
Amaturá
Tefé

17 DE
NOVEMBRO
DE 2022



Benjamin Constant

23 DE
NOVEMBRO
DE 2022



Juruá
Silves
Tefé

Foco Amazônia #11/12 | Out/Nov.2022

ATOS E PROPOSTAS POR TEMA E RELEVÂNCIA

■ Relevante* ■ Não relevante

Desastres



Meio Ambiente



Agropecuária



Povos



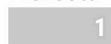
Mudança do Clima



Institucional



Floresta



[Acesse o balanço mensal do Foco Amazônia](#)



PODER LEGISLATIVO FEDERAL

ANÁLISE DAS MOVIMENTAÇÕES E
MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS
LEGISLATIVAS

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Câmara dos Deputados

Projeto de Lei 501/21

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) aprovou o Projeto de Lei, que criar um programa de concessão de crédito bancário a fim de proporcionar a recuperação da cobertura florestal de áreas localizadas no bioma Mata Atlântica. O projeto ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. O texto já passou pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Projeto de Lei 347/2022

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) aprovou o Projeto de Lei que proíbe a pesca de arrasto tracionada por embarcações motorizadas em águas continentais e no mar territorial e zona econômica exclusiva. Ele segue para Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Senado Federal

Projeto de Lei nº 412/2022

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto que regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE). A proposta segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Parlamento Amazônico

O senador Nelsinho Trad (PSD/MS) foi eleito para presidir o Parlamento Amazônico (Parlamaz). E foi aprovado pelo parlamento o Dia Internacional da Amazônia – 5 de setembro.

Óleo no nordeste

O relatório do senador Jean Paul Prates (PT/RN) foi aprovado pela Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro (CTEOLEO). O documento apontou “sistemático desmantelamento da estrutura de governança ambiental” do governo federal como importante fator para o agravamento dos efeitos do desastre, inclusive pelo atraso no acionamento do Plano Nacional de Contingência (PNC).

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Novos projetos

Projeto de Lei 2.800/22

Visa a alterar a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Serra do Cachimbo. A área fica nos municípios de Altamira e Novo Progresso, no Pará
Autoria: Nelson Barbudo – PL/MT

Projeto de Lei (PL) 2728/2022

Visa a instituir uma obrigação para o MMA estabelecer uma política e um programa de criação de pólos de mineração sustentável.
Autoria: Alexandre Frota (PROS/SP)

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

AS MOVIMENTAÇÕES NAS
PRINCIPAIS AÇÕES SOBRE CLIMA
E MEIO AMBIENTE



FOTO: MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

JUDICIÁRIO

Fundo Amazônia

Foi **julgada procedente** pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) a **ADO 59**, sendo determinado à União que adote, no prazo de 60 dias, as providências administrativas necessárias para a reativação do Fundo Amazônia, sem novas paralisações. A maioria dos ministros concluiu pela inconstitucionalidade dos decretos que alteraram o formato do fundo e impediram o financiamento de novos projetos, manifestando-se também no sentido da retomada do modelo anterior.

Proteção de Terra Indígena

Foi **celebrado acordo judicial** entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) para fins de prorrogação por tempo indeterminado da vedação à circulação de pessoas não-indígenas (**salvo funcionários da Funai**) na região, sendo informado pela Funai que a conclusão dos relatórios de identificação e delimitação da TI ocorrerá até fevereiro/2025. Este acordo, **já citado na seção dos atos do Executivo**, relaciona-se com a prorrogação da Portaria Funai 522/2022.



CULTURAL BANCO

CONJUNTURA

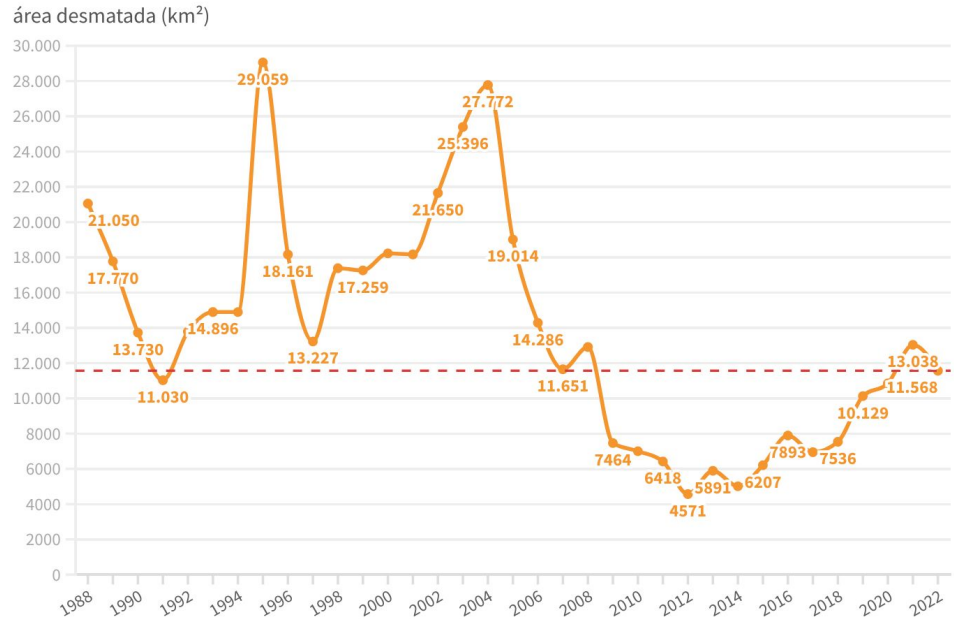
OS PRINCIPAIS FATOS E AS
POLÍTICAS EM CURSO

Desmatamento

No último dia do mês, o Inpe divulgou a estimativa da taxa de desmatamento PRODES de 2022 (período correspondente a ago/2021 a jul/2022). Após quatro anos consecutivos de aumento, houve redução de 11% da taxa em relação ao período anterior.

Porém, o governo Bolsonaro acumula um aumento de 54% na derrubada de floresta na Amazônia em relação ao nível de 2018, quando houve 7.536 km² de desmatamento.

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL



Desmatamento

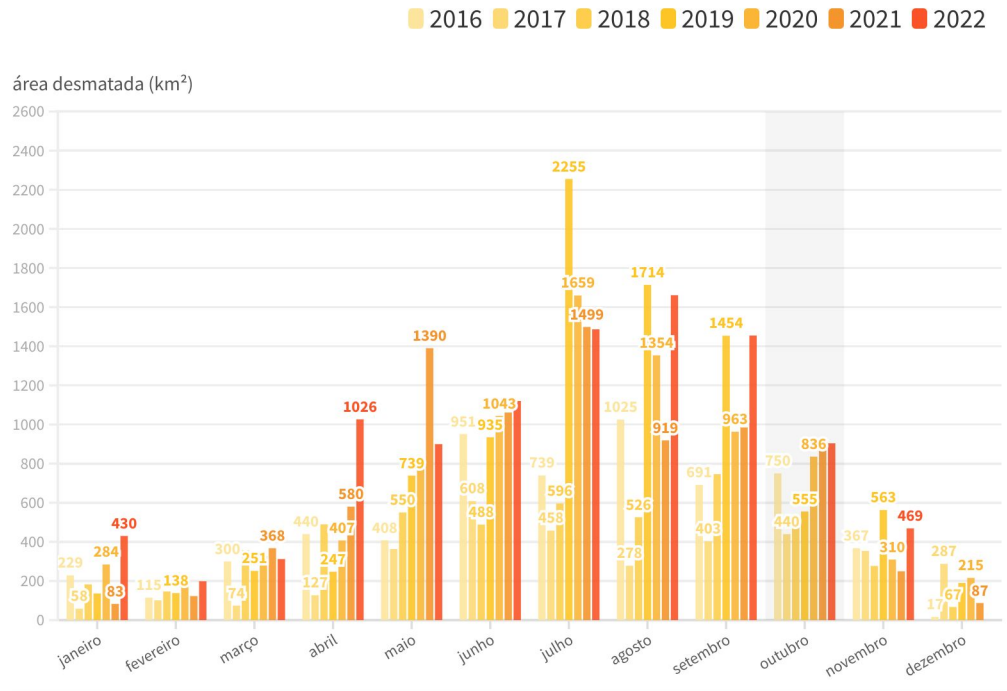
Após a derrota de Jair Bolsonaro nas urnas, houve uma disparada dos avisos de desmatamento do Inpe (Deter). Outubro atingiu 904 km², recorde em toda a série histórica.

Em novembro, ainda com dados parciais (atualizado até 18/11), a marca chegou a 469 km² a menos de Floresta Amazônica, não superando apenas o valor contabilizado em 2019 (563 km²), recorde da série histórica até o momento.

Importante destacar que o montante do segundo semestre de 2022, será computado no ano Prodes de 2023.

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Novo recorde de desmatamento no mês de outubro e acelerada em novembro



CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

Polêmicas no Legislativo

Ao contrário da falta de movimentação no Executivo desde o resultado das eleições presidenciais, os dias no Legislativo têm sido de intensas negociações, com projetos entrando e saindo da pauta de votação e mobilização por parte das organizações de clima e meio ambiente para impedir avanços das propostas do chamado Pacote da Destruição. Para além da pauta climática e ambiental, o futuro governo já tem precisado se articular no Congresso, para tramitação da chamada PEC da Transição. O Projeto de Lei 1.459/2022 (conhecido como “PL do Veneno” por flexibilizar as regras para o uso de agrotóxicos no Brasil) entrou para a pauta de votação na Comissão de Agricultura (CRA) do Senado Federal, mas houve **deferimento de pedido de vistas coletivas**. Contudo, apesar da expectativa de votação, há **sinalização** de que o projeto voltará à pauta somente em 2023.

Na Câmara, foi **aprovado** pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) o PL 2168/2021, que altera o Código Florestal para permitir a derrubada de vegetação nativa em áreas de preservação permanente (APPs) para a construção de represas ou barragens que tenham como objetivo acumular água para a irrigação de plantações ou para hidratação de animais.

CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

Floresta+ sem resultados

Auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) **aponta** que o Floresta+ não avançou. O programa e seus subprogramas foram criados com o objetivo de desenvolver projetos para Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Contudo, somente o Floresta+Amazônia teve algum resultado, mas também sem alcançar números vultosos. A POLÍTICA POR INTEIRO vem acompanhando a iniciativa e reportando, **mês a mês**, o que vem (ou não) ocorrendo.

NO RADAR - BRASIL

Transição de Governo

A transição de governo se iniciou sob o comando de **Geraldo Alckmin**, vice-presidente eleito.

Foram nomeados para a **Coordenação do Grupo Técnico de Meio Ambiente do Gabinete de Transição Governamental**:

- Carlos Minc Baumfeld;
- Izabella Mônica Vieira Teixeira;
- Jorge Ney Viana Macedo Neves;
- José Carlos Lima da Costa;
- Marilene Corrêa da Silva Freitas;
- Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima;
- Pedro Ivo de Souza Batista; e
- Silvana Vitorassi.

Posteriormente, também foram **integrados** à equipe de Transição:

- Edel Nazaré Santiago de Moraes;
- João Paulo Capobianco;
- Suely Araujo;
- Tasso Azevedo; e
- Vanessa Negrini.

A dez dias do fim do prazo para entrega do relatório final, foram **designados** novos integrantes para o GT de Meio Ambiente.

Foi realizada a **primeira entrevista coletiva** do GT em 30/11. No evento, Aloizio Mercadante afirmou que, em algumas áreas, há grande dificuldade para obtenção de informações e dados do atual governo.

Alckmin **cobrou** do atual Governo Federal os relatórios sobre o desmatamento da Amazônia e do Cerrado com base em dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), que foi divulgado somente na última semana do mês.

Destaques no Twitter



Nuvem de frases mais frequentes nos tuítes do mês, monitorados em parceria com a Folha de São Paulo, de autoridades do país (presidente, ministros, congressistas, entre outros) e especialistas relacionados ao meio ambiente e mudanças climáticas.

Clima

A COP 27, realizada no Egito, foi o grande destaque do nosso monitoramento. Houve muitas mensagens sobre as negociações, trocas e discussões no evento, sobretudo a presença de Lula, seu discurso e encontro com representantes da sociedade civil.

Queimadas pós eleição

Também teve bastante repercussão o aumento expressivo de queimadas em estados em que o atual presidente teve mais votos. Amazonas, Acre e Rondônia tiveram um aumento de 1.216% no número de queimadas entre 1º e 16 deste mês, em relação ao ano passado.

Eleições brasileiras

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (com mais de 60 milhões de votos), já no discurso da vitória, **falou** em reconstruir o país e disse que “o Brasil está pronto para retomar o seu protagonismo na luta contra a crise climática”, citando o desmatamento zero na Amazônia e seu compromisso com os povos indígenas, com os demais povos da floresta e com a biodiversidade.

Líderes de todo o mundo congratularam Lula, como **Joe Biden** (EUA), **Emmanuel Macron** (França), **Xi Jinping** (China), **Volodymyr Zelensky** (Ucrânia), **Vladimir Putin** (Rússia), **Alberto Fernández** (Argentina) e **Gustavo Petro** (Colômbia).

As falas ocorreram antes mesmo da manifestação do presidente Jair Bolsonaro, que demorou quase 48 horas para se pronunciar após a derrota eleitoral. Em sua fala, ele não citou o oponente eleito.

Com a vitória de Lula, houve a sinalização da **Noruega** e da **Alemanha** de que serão retomados os repasses financeiros ao Fundo Amazônia. O fundo europeu Nordea Asset Management também **sinalizou a retomada** de investimentos milionários no Brasil. Recentemente, mais atores da comunidade internacional têm sinalizado a **intenção de aportar recursos para a proteção ambiental e climática no Brasil**. O Reino Unido tem estudado a possibilidade de integrar no Fundo Amazônia, informação confirmada pela Embaixada do Reino Unido no Brasil.

NO RADAR - INTERNACIONAL

Lula e COP 27

Com a ida do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva à 27ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP 27, em Sharm El-Sheik/Egito), a convite do presidente do Egito, o Brasil voltou à cena global nas discussões sobre clima. O primeiro compromisso de Lula foi uma reunião com os **enviados especiais para clima** dos EUA (John Kerry) e da China (Xie Zhen Hua). Tratado já como chefe de estado, ainda que o mandato se inicie somente em 1º de janeiro, reuniu-se ainda com o **secretário-geral da ONU, António Guterres**, representante da Alemanha (Annalena Baerbock) e representante da Noruega (Espen Barth Eide). Houve também agenda com autoridades brasileiras, como a participação em evento do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (que reúne os nove governadores da região), no qual **recebeu a “Carta dos governadores pela Amazônia”**. *“Um Brasil desenvolvido passa, necessariamente, por uma Amazônia viva, pulsante e conservada, capaz de expressar suas potencialidades ao mundo. Ainda é possível, mas a Amazônia que*

queremos, precisa acontecer agora”, diz trecho do documento. O presidente eleito **fez na COP 27 seu primeiro discurso internacional**, ressaltando que não medirá *“esforços para zerar o desmatamento e a degradação de nossos biomas até 2030”* e que *“a luta contra o aquecimento global é indissociável da luta contra a pobreza e por um mundo menos desigual e mais justo”*. Acesse a íntegra do discurso **aqui**.

A POLÍTICA POR INTEIRO avaliou a fala de Lula, sob aspectos relacionados à questão climática. Confira a pontuação e os comentários no **Blog da POLÍTICA POR INTEIRO**.

Lula se encontrou também com povos indígenas de todo o mundo no **Fórum Internacional dos Povos Indígenas**. Acesse o **diário da COP 27** elaborado pela equipe da POLÍTICA POR INTEIRO, especialmente com informações trazidas pela equipe do Instituto Talanoa que estava presente na Conferência.

Biodiversidade e Comércio Internacional

Foram **aprovadas** na 19^a Conferência das Partes (CoP19) da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), que ocorreu na Cidade do Panamá, entre 14 e 25 de novembro, duas medidas sobre a proteção de tubarões, ameaçados pela sobrepesca e pelo tráfico:

- Inclusão de toda a família *Carcharhinidae* no apêndice II da Convenção CITES, com comprovação, quando do comércio internacional, de que não há impacto negativo nas espécies.
- Aumento da restrição do comércio internacional para abranger também o tubarão-de-pala (*Sphyrna tiburo*) e todas as espécies remanescentes da família *Sphyrnidae* (tubarões-martelo).

No Brasil, em março deste ano, foi publicada a Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção aprovada pela Comissão Nacional

da Biodiversidade (Conabio), na qual diversas espécies ou subespécies da família *Carcharhinidae* foram excluídas, como foi **verificado** pela POLÍTICA POR INTEIRO.

Houve, à época, a modificação em poucos dias da listagem originalmente disponibilizada no site da Conabio (não publicada integralmente no DOU). Essa lista atualizada foi publicada pelo MMA via **Portaria MMA 148/2022**, também deixando de constar algumas das espécies/subespécies da família *Carcharhinidae*. Pela norma, consta a seguinte justificativa: “As espécies *Carcharhinus isodon* (*Carcharhinidae*) e *Schroederichthys bivius* (*Scyliorhinidae*) estavam classificadas como Regionalmente Extintas – RE (Extintas no Brasil) em 2014. No processo de reavaliação conduzido até 2021, foram reclassificadas em outras categorias que não as colocam na Lista de Ameaçadas do Anexo I ou na Lista de Extintas deste Anexo II. Visto não haver qualquer outra espécie de peixe ou de invertebrado aquático classificada como extinta até o presente momento, torna-se vazia a listagem deste Anexo II.”

OCDE

Pouco mais de um mês após a realização do segundo turno das eleições no Brasil, ainda há certa indefinição por parte do governo eleito se o processo de acessão à OCDE será conduzido de forma rápida a partir de 2023. Embaixador da União Europeia no Brasil, Ignacio Ibáñez, **afirmou** que a entrada do país na organização é uma oportunidade de estreitamento das relações com o bloco e também uma chance de o Brasil melhorar suas práticas regulatórias, e que não deveria ser desperdiçada pelo futuro governo Lula. O processo se iniciou no governo de Michel Temer.

O economista Pécio Arida, um dos pais do Plano Real, ex-presidente do Banco Central e membro da equipe de transição de Lula, também vê a acessão à OCDE como uma **oportunidade única de o Brasil** crescer de forma inclusiva e sustentável.



TENDÊNCIAS

PARA ONDE CAMINHAMOS NO
BRASIL E NO MUNDO

BRASIL

Governo Federal

A expectativa para dezembro são os anúncios dos próximos ocupantes da Esplanada dos Ministérios. Inicialmente, Lula havia dito que os nomes começariam a ser divulgados a partir do dia 13 – dia seguinte à diplomação no TSE. Porém, a presidente do PT, **Gleisi Hoffmann**, afirmou que os primeiros ministros serão conhecidos antes, na sexta-feira, 9 de dezembro. Com os futuros titulares das pastas definidos, também será possível entender o redesenho da estrutura administrativa, como o **desmembramento do Ministério da Economia** e a governança para tratar de mudanças climáticas - com uma estrutura própria ou transversal às diversas pastas. Com as nomeações para a Esplanada e as entregas dos relatórios finais dos grupos temáticos da transição (previstas para o dia 11), “Lula 3” ganhará corpo. E a equação para permitir que esse corpo se mova tem como fatores seu tamanho/custo e o equilíbrio de sua composição política.

Nesse contexto, o aperto orçamentário pode deixar para outro momento a criação de autoridade para regulação de emissões. Assim, a pauta climática e ambiental deve ser encabeçada por liderança capaz de articular a transversalidade da agenda dentro e fora do governo, nacional e internacionalmente, independentemente da estrutura específica. Nesse perfil, a expectativa da liderança recai sobre a ex-ministra Marina Silva.

O GT de Meio Ambiente se debruça, entre outros materiais, sobre a lista de 401 normas que precisam ser revogadas ou revisadas, captadas pelo **Monitor de Atos Públicos** da POLÍTICA POR INTEIRO e analisadas no documento **Reconstrução**. A prioridade deve ser as medidas editadas como decretos, já que não dependem da efetivação das reestruturações administrativas. Na lista do **Reconstrução**, são **87 decretos**, sendo **37** com indicação de **revogação imediata**.

BRASIL

Reconstrução e Transição

O documento “*Reconstrução: 401 atos do Poder Executivo Federal (2019-2022) a serem revogados ou revisados para reconstituição da agenda climática e ambiental brasileira*”, elaborado pela equipe da POLÍTICA POR INTEIRO, e que identifica 401 atos que requerem ações imediatas, entre revogações e revisões, está nas mãos da equipe de transição do presidente eleito.

Assim, há perspectiva de que os resultados finais das discussões do GT de Meio Ambiente tragam direcionamentos coerentes com o conteúdo do relatório, especialmente em itens sensíveis como fiscalização, colegiados e acesso à informação.

[Acesse o documento completo aqui.](#)



BRASIL

Congresso Nacional

Um olho no Congresso e outro no STF. Enquanto o poder de articulação do futuro governo Lula é testado no Legislativo com a tramitação da chamada PEC da Transição (**aprovada no Senado na noite de 7 dezembro**, com mais votos dos que calculavam os partidários do presidente eleito), os **ministros da Corte analisam** a constitucionalidade das emendas de relator. A continuidade do poder de barganha nas mãos do presidente da Câmara, Arthur Lira, com o chamado orçamento secreto influenciará o balanço entre as forças do Planalto e os parlamentares. Por isso, a decisão do STF, que pode acabar postergada para 2023 com eventual pedido de vistas, afeta também as movimentações que ocorrerão para as eleições das Mesas Diretoras, na abertura da nova Legislatura, em fevereiro.

Além disso, nomes fortes no Congresso devem acabar indicados para ministérios.

Com o chamado Pacote da Destruição – agenda prioritária do atual governo federal – sempre na iminência de soltar uma nova bomba, o recesso parlamentar vai se aproximando. Assuntos como mudanças nas regras para os agrotóxicos devem acabar deixados para 2023. Na própria equipe de transição, **não há consenso sobre o tema.**

MUNDO

BIODIVERSIDADE - COP 15

Ocorre em dezembro a COP 15 da Biodiversidade, considerada a mais importante **em mais de uma década**. Com dois anos e meio de atraso, o que está em jogo é a aprovação de um novo Quadro Global para a Biodiversidade Pós 2020 com metas para conter o colapso da biodiversidade na próxima década (2020-2030). No entanto, mesmo após diversas reuniões presenciais e virtuais, a **resolução continua praticamente toda entre colchetes**, refletindo os desacordos em torno de metas. Uma reunião pré COP na primeira semana de dezembro continuou a postergar os acordos, levando a questionamentos se realmente as delegações viajaram a Montreal para resolver as pendências ou apenas jogá-las para frente. As principais desavenças entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento se dão sobre a meta de proteger **30% da terra e 30% do oceano**. Além disso, não há consenso sobre como **financiar** a proteção à biodiversidade.

A sombra do Governo Bolsonaro parece pairar sobre a delegação brasileira (oficialmente composta por membros do

atual governo), levando a mídia internacional a falar em **"negociador secreto"** para causar problemas. Os posicionamentos do Brasil demonstram má vontade em se avançar em temas como a **Meta 1**, que estabelece prazo para que os países terminem seus planejamentos espaciais, terrestres e marinhos até 2030. Enquanto isso, as negociações da Meta 3 estão sendo empurradas para ocorrer na própria COP, o que levará provavelmente a muitas noites infundáveis. Correndo por fora, a **proposta brasileira apresentada em Nairobi de um fundo para a biodiversidade** recebe mais apoio. Não apenas as partes, mas também os observadores estão interessados, após o sucesso da criação do fundo de perdas e danos na COP27 da UNFCCC. A questão é que os interessados querem garantir que elementos relevantes deixados de fora na COP do Clima possam ser incluídos, como o financiamento de acesso direto aos povos indígenas e comunidades locais. A pergunta central é a mesma: quem estará pronto para pagar?



**política
por inteiro**

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade da Política Por Inteiro.

Termos de uso

Esta análise pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

Contato

politicaporinteiro.org

contato@politicaporinteiro.org

Iniciativa



Apoio



NICFI

Norway's
International Climate
and Forest Initiative